



# Câmara Municipal de Monte Mor

"Palácio 24 de Março"



**PORTARIA Nº 68 DE 03 DE JULHO DE 2019.**

**"Dispõe sobre a instauração de procedimento administrativo disciplinar com o objetivo de apurar responsabilidade de servidor por infração praticada, não só no exercício das suas atribuições e outras que possam ter relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido."**

**WALTON ASSIS PEREIRA**, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

**Considerando** o teor dos protocolos nºs 765, 786 e 787, bem como o parecer exarado pela Procuradora Geral em 03/07/2019 – protocolo nº 791 de 03/07/2019;

**Considerando** que a Administração Pública tem o dever legal de apurar a suposta irregularidade que tenha chegado ao seu conhecimento, de forma a buscar a verdade real dos acontecimentos (art. 109, "caput" da Lei Complementar nº 004/2006);

**Considerando**, a possível imputação de conduta reprovável concernente em irregularidades cometidas no exercício da profissão por servidor desta Casa;

**Considerando**, que o ato supostamente praticado pelo servidor constitui, em tese, falta grave passível de punição.

## **Resolve**

**Art. 1º** - Instaurar sindicância, com escopo no que rege o artigo 110 e seus incisos, da Lei Complementar 004/2006, a fim de que seja averiguado sobre a existência de atos irregulares no exercício das funções de servidor público.

**Art. 2º** - Designar os servidores efetivos abaixo identificados para integrarem a Comissão Sindicante:

- 1) **Nome: Gisele Cristina Pereira, RG 34.008.661-0 e CPF 268.500.738-32, como presidente;**
- 2) **Nome: Maria Elisabeth Hadler Azevedo, RG 4.019.382-0 e CPF 505.213.147-04, como secretária;**
- 3) **Nome: Liliunara Ferreira e Silva Villalva, RG 25.075.447-2 e CPF 167.030.878-22, como membro.**

**Art. 3º** - A Comissão Sindicante terá o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, consoante dispõe o parágrafo único do artigo 110, podendo ser prorrogado por iguais períodos, a critério da autoridade superior.



# *Câmara Municipal de Monte Mor*

*"Palácio 24 de Março"*

**Parágrafo Único** – O(a) presidente da Comissão deverá solicitar, se necessário, à autoridade instauradora, a prorrogação de prazo por iguais períodos, justificando as razões que motivaram o pedido.

**Art. 4º** - Da Sindicância poderá resultar:

- a) Arquivamento do processo;
- b) Aplicação de penalidade de advertência ou suspensão por até 30 dias;
- c) Instauração de processo disciplinar.

**Art. 5º** - Por medida de cautela, ante a complexidade e gravidade dos relatos tomados nos protocolados aqui indicados e, com supedâneo no que rege o artigo 112 da Lei 004/2006, determina-se o afastamento preventivo do servidor do exercício do cargo e função que ocupa, pelo prazo de 30 (trinta) dias, sem remuneração, devendo o mesmo ser notificado.

**Art. 6º** - Os integrantes designados nesta Portaria acumularão durante toda a vigência da sindicância as atribuições da função do cargo acrescida aos trabalhos da Comissão, para tanto receberão gratificação de 10% sobre os vencimentos, se já não atingido o teto máximo de 30% de gratificação por integrarem outras comissões de trabalho.

**Art. 7º** - Determino a tramitação do procedimento instaurado em sigilo.

**Art. 8º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Câmara Municipal de Monte Mor em 03 de julho de 2019.

  
**WALTON ASSIS PEREIRA**  
Presidente da Câmara Municipal

**ALDELINA ALVES FERREIRA**  
1ª Secretária

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor aos 03 dias do mês de julho do ano de 2019.

  
**NEIDE GARCIA FERNANDES**  
2ª Secretária